

EFEITOS SOCIAIS DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO —
CONSEQUÊNCIAS DA INDUSTRIALIZAÇÃO SOBRE A
ESTRUTURA E DINÂMICA DA EMPRESA

EVARISTO DE MORAES FILHO

Prof. da Universidade do Brasil, Rio de Janeiro

O fato social "empresa"

1. O fato social *empresa* é um só, em sua inteireza objetiva e exterior, mas pode ser surpreendido através de vários pontos de vista, segundo a especialidade de quem o observa. A mesma coisa acontece, de resto, com qualquer fenômeno social. Todos são produtos da mesma convivência humana e se encontram mergulhados no mesmo mundo coletivo, mas como não podem ser estudados ao mesmo tempo, de um só golpe, por todos os seus ângulos, sujeitam-se a esta fragmentação científica de pesquisa e sistematização. Mas a realidade concreta permanece a mesma, apesar de isolados alguns dos seus aspectos de maior significação para as diferentes ciências sociais. Por isso mesmo, por mais desigual que se mostre a empresa aos diversos observadores, que dela só retiram aquilo que lhes interessa imediatamente, haverá sempre um núcleo último e irreduzível para todos eles, caracterizado pelo seu próprio substrato: a organização coletiva.

Como numa visão de caleidoscópio, mostra-se a empresa diferentemente à sociologia, à história, ao direito, à política, à economia, e assim por diante, cada qual tomando-a como objeto precipuo de seus estudos. A ética e a filosofia social podem encará-la também segundo uma escala de valores, axiológicamente, tendo mais em conta o que deva ser do que propriamente o que é, num escopo reformista direto.

No que diz respeito especificamente à empresa, interessa-se a sociologia pelo que representa de forma social, como se realizam em seu interior os processos sociais, quais os seus efeitos sobre a vida do ambiente maior que a engloba e vice-versa (concentração de populações, migrações, relações domésticas, etc.), suas relações com os fenômenos da divisão do trabalho social, da industrialização, e assim por diante. Partindo deste ponto, podemos dizer desde já que a empresa é um exemplo típico de grupo social organizado.

A sociologia da empresa

2. O estudo sociológico da empresa é recente, do segundo quarto do século atual. Em livro datado de 1933, refere-se Leopold Von Wiese, esperançoso, aos estudos que se iniciavam na Alemanha sobre a *Betriebssoziologie* (sociologia da empresa), através do *Institut für Betriebssoziologie und soziale Betriebslehre*, da Universidade de Berlim, com a colaboração de von Briefs, Ad. Geck, Walter Jost e poucos mais. Pois bem, pertence ao primeiro deles o verbete *Betriebssoziologie* para uma enciclopédia de 1931, ano em que pela primeira vez surgiu autonomamente num vocabulário de sociologia. De maneira genérica, conceitua *empresa* como uma unidade do sistema de meios ou expedientes para a satisfação das necessidades humanas. Tais sejam as formas culturais com que se revista a provisão dessas necessidades, assim serão também as formas de empresa. Embora se refira von Briefs à empresa de uma só pessoa (*Alleinbetrieb*), como produtor isolado, quando um só indivíduo opera, não chega aqui a realizar-se ainda o conceito típico da sociologia. "A sociologia da empresa, escreve, tem, no entanto, a ver com a empresa como forma institucional, na qual uma pluralidade de homens coopera, com o auxílio de um sistema de meios organizados para a satisfação das necessidades ordinárias". Dá-se então a organização dos homens, que são os portadores das prestações da empresa (*Mensch als Träger von Leistungen in Betrieb*), em torno do indispensável aparato técnico (instrumentos, ferramentas, máquinas, e assim por diante). Constitui a empresa, pois, uma forma especial de unidade social, com um meio interno próprio, relativamente autônomo, mantendo relações com o mundo da comunidade que a cerca. E o que diferencia a empresa das demais unidades é o seu fim: o da satisfação das necessidades

humanas. Para tal, hierarquia e disciplina participam de modo direto da própria essência da empresa, em sentido sociológico.

Ainda recentemente escrevia Ad. Geck, um dos fundadores desta sociologia especial: "Si, de l'idée d'entreprise, on abstrait la volonté intiale de l'entrepreneur, il reste la notion d'une activité complexe et organisée, se déroulant dans des locaux spécialement équipés, où des hommes concourent par leur travail à la réalisation d'un objectif généralement économique. Telle sera dans cet ouvrage notre définition de l'entreprise".

Assim, o que interessa fixar é esse conceito de empresa como uma forma unitária de organização humana, na qual se distinguem diversos tipos de realização concreta, desde o tipo cooperativo (*Genossenschaft*) até o tipo subordinativo (*Herrschaft*). A empresa capitalista, da qual nos ocupamos no momento, pertence a este último tipo, mas em todas elas há sempre uma finalidade a realizar, através de uma disciplina estatutária, impondo uma certa hierarquia administrativa e funcional entre seus membros.

A empresa capitalista é um exemplo típico do processo social de subordinação, no qual há sempre uma relação de senhoria entre o que manda e o que obedece. Representa a empresa um exemplo de grupo social funcional ou de interesses, voluntário, no qual os indivíduos estão unidos, não por pertencerem ao mesmo grupo doméstico, de parentesco ou sanguíneo, e sim, simplesmente, porque exercem a mesma função na sociedade, possuem os mesmos interesses na profissão (encarada do ponto de vista amplo: empregados e empregadores, seus componentes) ou porque desempenham a mesma atividade. Numa grande e complexa empresa capitalista de nossos dias, as pessoas se sentem como engrenagens de uma coisa anônima e dispersa, com manifestações às vezes em distantes nações do mundo.

A sociologia industrial

3. Com um certo atraso em relação à ciência sociológica alemã, constituiu-se nos Estados Unidos um novo ramo especializado da sociologia, a que deram o nome de "sociologia industrial", voltada principalmente para o estudo das relações humanas na empresa, quer entre empregadores e empregados, entre estes últimos,

como entre eles e os clientes. Trata-se mais de um ensaio de psicologia social, tendo como objeto a conduta individual e coletiva das pessoas pertencentes à empresa, em suas ações e reações de aproximação e aversão umas para com as outras. É uma resposta sociológica ao "scientific management" de Taylor e seus adeptos, em que o trabalho humano era considerado unicamente sob o prisma da racionalização, físico e fisiológico, levando em conta quase que exclusivamente móveis mecânicos para o comportamento humano. Capítulo da sociologia industrial é o método sociométrico, criado pelo psiquiatra Moreno, há cerca de duas décadas.

Serve a empresa de campo de pesquisa para esta nova sociologia especial. O seu objeto vem assim resumido por Delbert Miller e William Form, no primeiro livro de texto que se escreveu sobre o assunto: "Entre outras coisas a sociologia estuda a conduta grupal, o status social e os papéis que os indivíduos desempenham nos grupos. A sociologia industrial aplica meramente os métodos e os conceitos da sociologia geral ao campo das relações de trabalho. O campo da sociologia industrial pode ser convenientemente definido como o estudo de: 1) trabalho em grupo e relações de trabalho; 2) o papel que o trabalhador desempenha no trabalho em grupo; e 3) a organização social do trabalho na empresa".

Conceito econômico de empresa

4. Se do ponto de vista sociológico, a empresa do tipo capitalista pode ser sempre definida como uma organização hierárquica, como a cooperação de uma pluralidade de homens trabalhando sob o controle e a direção dos seus titulares ou proprietários, numa relação de senhoria ou mando (*Herrschaftsverband* ou *Herrschaftsbereichs*) —, na economia cabe destacar outras notas mais concretas de produção, de troca e de lucro.

Para nós, são indispensáveis os seguintes requisitos para o conceito econômico da empresa moderna, do grande empreendimento do mundo capitalista: a) existência de uma sociedade suficientemente desenvolvida, sob o regime de troca de serviços através da moeda; b) existência de um mercado amplo, anônimo, permanente, que dê consumo aos bens que lhe são proporcionados, pouco importando que seja sob encomenda direta do cliente ou

colocado o produto no mercado; c) a coordenação pelo agente da produção dos fatores indispensáveis (natureza, trabalho e capital); d) é irrelevante que o agente seja, ele próprio, o detentor e fornecedor de capitais, ou tenha que se valer de fornecedores estranhos ao seu negócio; e) necessidade de nítida separação entre função diretiva e executiva, valendo-se o organizador de trabalho alheio; f) espírito de lucro, avaliável em dinheiro; g) assunção do risco pelo empresário.

Com o primeiro elemento (a), queremos distinguir a empresa dos tipos de produção autárquica (indústria doméstica, domínios rurais, etc.), em que se produz para o consumo próprio e imediato, e não para o mercado em geral. Trata-se, sem dúvida, de uma unidade de produção econômica, mas ainda não de empresa. A função econômica da empresa, em qualquer tipo de sociedade, é, como destaca Marshall, destinada a prover às necessidades alheias, tendo em vista, é claro, o pagamento direto ou indireto feito por esses que se beneficiam pelos serviços. Realiza-se, plenamente, a sua função, como consequência da divisão do trabalho social, numa troca de serviços através da qual se cimenta e se efetiva a solidariedade social ou interdependência por dissemelhança, o que não existe nos tipos econômicos de produção fechada.

O que importa sempre (b) é que o organismo produtivo trabalhe para uma clientela, para o mercado. A função econômica da empresa consiste em adaptar a produção dos bens e dos serviços às necessidades dos consumidores (Reboud). Historicamente, em toda parte, surgiu a empresa — e disso se incumbiu de bem demonstrar Schmoller, — mais como uma solicitação do comércio, do que propriamente da indústria. Sem mercado, amplo mercado, é impossível a existência da empresa.

Ao empresário cabe o papel primordial da organização (c), combinando os fatores da produção, dentro dos limites naturais e humanos, tendo em vista o êxito da sua empresa.

A dissociação *empresário-capitalista* (d) não é uma condição indispensável, *sine qua non*, excludente do próprio conceito de empresa. É um caso, talvez o mais numeroso, complexo e dominante, mas não é o único. Para o conceito econômico de empresa, é irrelevante tal diferenciação, embora não se deva confundir, como o faziam os autores anteriores a Say, empresário e capitalista.

Achamos indispensável este ponto (e), abandonado por mais de um tratadista. Aqui, no domínio estrito da economia, não hesitamos em considerar a empresa como uma instituição, à maneira de Perroux, isto é, "como um conjunto estável e organizado de elementos e de relações, formado tendo em vista realizar a obra da produção... Implica separação dos fatores da produção: capital e trabalho. Tem por base a propriedade e o contrato".

O espírito de lucro (f), eis outro elemento característico da empresa moderna. Não é indispensável, no entanto, que o lucro seja efetivo e compensador; o que importa é o objetivo da organização empresária, tendo em vista realizar este lucro. O seu objetivo é o ganho pecuniário, o método é essencialmente compra e venda.

Finalmente, a assunção do risco (g) pelo empresário. A ciência econômica nada mais fez do que sistematizar e aprofundar o próprio espírito popular e o significado etimológico da palavra. Quem empreende alguma coisa, sob a sua autoridade, seja uma aventura militar ou uma caçada, corre os riscos do empreendimento. Se bons forem os resultados, os lucros lhe pertencerão; se maus, os prejuízos. Por isso mesmo é que cabe ao empresário o poder de direção e de combinação dos fatores da produção. A dose ótima, o tempêro lhe competem, e como correlato o risco também.

Podemos concluir, pois, que empresa é um organismo que combina os fatores da produção (natureza, capital e trabalho), com o objetivo de lucro, através da venda no mercado, assumindo, por isso mesmo, os riscos da operação.

Industrialização da América Latina e empresa

5. Por esta pequena fundamentação teórica e conceitual, são óbvios os efeitos sociais do desenvolvimento econômico da América Latina sobre a estrutura e a dinâmica da empresa. São países de tradição agro-pecuária, com nítida predominância do meio rural sobre o urbano. As relações de produção, em sua maior parte, baseiam-se ainda, ou baseavam-se até há pouco, no tipo de domínio senhorial, de índole pessoal, de vastos domínios fechados, quase ainda na fase da economia doméstica.

Com a maior diferenciação campo-cidade, crescem a secularização e a livre contratualização nas relações de trabalho, rompendo esta forma clássica e tradicional de domínio econômico. A industrialização da economia latino-americana requer grande número de trabalhadores, especializados uns, sem maiores qualificações profissionais outros, mas todos dirigidos e orientados por uma administração técnica. Dá-se assim a concentração de grandes massas de trabalhadores num só local de trabalho. Para alimentá-la permanentemente, torna-se necessário grande exército industrial de reserva, arregimentado de todas as partes da sociedade, principalmente das populações rurais.

Com o desenvolvimento industrial, cresce também o chamado salariado livre ou proletariado, composto de todos aqueles que vivem do seu salário, que não encontram outra renda além do seu salário. Todos esses dependem economicamente do emprego que conseguem ou irão conseguir nos estabelecimentos industriais.

Com a concentração das massas, de um grande número de pessoas — homens, mulheres e crianças — num mesmo centro urbano, cria a industrialização um aumento de densidade populacional. As cidades e as comunidades locais atraem grandes massas da população circunvizinha. Em geral, os salários são mais altos do que o restante dos empregos adjacentes. A só organização da empresa proporciona uma idéia de maior segurança. E isto porque uma fábrica sugere a concentração também de grandes capitais, normalmente através de sociedades jurídicas de toda espécie, principalmente sob a forma de sociedades anônimas. Devido ao seu alto custo, torna-se quase impossível ser realizada por um só homem, isoladamente, por um só capitalista.

Os centros industriais exercem permanente atração sobre as populações dos meios rurais que os cercam. Funcionam, assim, como focos de êxodo rural, despovoando os campos, formando um constante exército de reserva para as suas máquinas. Fábrica solicita braços, que devem estar sempre presentes, não faltar nunca, já que a organização industrial, mecânica, de produção em larga escala, rotinizada, não pode parar nunca, tem de continuar sempre.

A empresa, como organismo e célula da produção econômica neste meio social, reflete as necessidades do meio. Aumenta de

volume, enriquecendo-se em sua estrutura, através de diferenciações de toda ordem. Para atender a um mercado maior necessita de grandes capitais, de maquinaria especializada e de operários qualificados. Torna-se mais complexa, por isso mesmo, a sua organização, com ampla hierarquização entre administradores, coordenadores e executores, linhas de produção e linhas de fiscalização. Os regulamentos internos, verdadeira lei interna da empresa, fazem-se necessários, regulando de forma abstrata e genérica a conduta disciplinar e técnica dos seus integrantes. Uniformizam-se os critérios técnicos de produção, com um mínimo de desperdício e de perda de tempo. Dá-se, afinal de contas, a despersonalização subjetiva do empregador, que se dissolve nas imensas sociedades de toda espécie. Essas entregam a direção e administração de seus negócios a técnicos especializados, seus empregados-mandatários, que os representam nas relações concretas com os empregados. Em suma, institucionaliza-se a empresa na América Latina sob o impacto direto e premente da industrialização.

CONCLUSÕES

6. Com o crescente desenvolvimento econômico nos países da América Latina, de um quarto de século a esta parte, flagrantes e fortes foram as consequências no meio social e nas relações entre empregado e empregador, tais como:

a) Divisão de trabalho social, quer sob a forma funcional dos diversos organismos produtores (empresas), quer sob a forma técnica, dentro da mesma especialização, tornando-se mais complexa a produção, que passa a ser dependente de uma série de trabalhadores, cada qual especializado;

b) A produção industrial, realizada em grandes estabelecimentos fabris, solicita um permanente exército de reserva de mão-de-obra, provocando o êxodo rural e atraindo às regiões de maior produtividade os trabalhadores de outras regiões de menor produtividade. Cria-se, com isso, um sério problema de desequilíbrio entre as diversas zonas geográficas dos países que se industrializam;

c) Por outro lado, não só a mão-de-obra emigra de uma região mais pobre para outra mais rica, também os capitais concentram-se em certas regiões de maior rentabilidade, ocasionando uma desigual e perigosa distribuição da renda nacional. São necessárias grandes concentrações de capitais, capazes de manterem a enorme despesa requerida para a manutenção do parque industrial;

d) Tornam-se mais numerosos os contatos sociais e as comunicações nos meios urbanos dotados de estabelecimentos industriais ou fabris, com o conseqüente aumento do nível econômico e de consumo de artigos de primeira necessidade; amplia-se o mercado;

e) Enriquece-se o meio urbano com maior diferenciação social com surgimento de associações e grupos de toda ordem (partidos, escolas, centros religiosos, clubes, biblioteca, diversão, etc.);

f) Aumentam as distâncias sociais entre operários e patrões, pela secularização e livre contratualização das relações de trabalho, com nítida separação de classe, tornando mais agudos os conflitos sociais, as lutas de classes, as greves, as reivindicações;

g) Surgem, então e se multiplicam os organismos e as instituições, verdadeiras invenções sociais, para a solução dessas reivindicações e a manutenção do bem estar social — sindicatos, agências administrativas, previdência social, justiça do trabalho, abrangidas todas elas dentro do conceito amplo de legislação social;

h) Toda essa complexidade reflete-se na organização interna da própria empresa, verdadeiro microcosmo da sociedade ambiente, com a qual se mantém num autêntico processo circular de influência. Sua estrutura torna-se mais diferenciada, mais hierarquizada, com uniformização e racionalização do trabalho, mais institucionalizada, tendo em vista a obtenção de um estado ótimo de produtividade.

BIBLIOGRAFIA REFERIDA

- L. VON WIESE, *System der Allgemeinen Soziologie*, München, 1933.
- GOETZ-BRIEFS, *Betriebssoziologie, in Handwörterbuch der Soziologie, de*
A. Vierkandt, Suttgart, 1931.
- AD. GECK, *La Gestion Sociale de l'Entreprise*, trad. de J. Marc, Paris, 1955.
- J. L. MORENO, *Fondements de la Sociométrie*, Paris, 1954.
- MILLER (D. C.) e FORM (W. H.), *Industrial Sociology, An Introduction to the Sociology of Work Relations*, New York, 1951.
- MARSHALL (A.), *Principes d'Economie Politique*, trad. de S. Jourdan, Paris, 1906.
- REBOUD (P.), *Précis d'Économie Politique*, Paris, 1936.
- SCHMOLLER (G.), *Die geschichtliche Entwckelung der Unternehmung, in Jahrbuch für Gesetzgebung, Verwaltung und Volkswirtschaft im deutschen Reich*, Berlin, 1890, 1891.
- PERROUX (Fr.), *Introduction a J. Schumpeter, Théorie de l'Évolution Économique*, trad. de J. J. Anstett, Paris, 1935.
- CEPAL, *Estudio Económico de América Latina*, 1949.
- CELSONO FURTADO, *Formação Econômica do Brasil*, Rio, 1959.
- J. LAMBERT, *Os Dois Brasis*, Rio, 1959.